Democracia Socialista
EM TEMPO
Publicação da Democracia Socialista - Tendência do Partido dos Trabalhadores
Ano I - Nº 2 - Maio de 2004

# Desemprego faz cair apoio popular a Lula

**Fome de mudança.** Crescem as manifestações por outra política econômica.

Tuca Vieira/Folha Imagem

**Realidade turva.** Desempregados olham anúncios de emprego em cartazes colados no centro de São Paulo.

A continuidade da política econômica vem corroendo o apoio popular ao governo. Este movimento de opinião foi, em alguma medida, expandido pela repercussão do caso Waldomiro. Entretanto, ele é centrado na percepção de que o desafio do desemprego, do crescimento e da renda não vem sendo adequadamente enfrentado pelo governo Lula.

A direita quer a manutenção intacta dessa política e espera que ela produza tanto os resultados financeiros que elevam os lucros como os resultados políticos que enfraquecem o governo. Para enfrentar essa ameaça, ao lado das mobilizações sociais, é fundamental retomar alternativas de política econômica coerentes com o programa de mudanças que elegeu Lula.

Página 3

**Contra-refoma.** "Abril vermelho" vira pretexto para reação conservadora.

## Direita mostra suas armas na disputa pela terra

A intensificação das ocupações de terra durante o mês de abril causou rebuliço na direita brasileira. Os discursos inflamados tentavam esconder o verdadeiro alvo: a própria reforma agrária. O campo conservador tentou jogar o MST contra o governo. Como não deu certo, passou a tratar movimento social e governo como uma coisa só. A estratégia, entretanto, não inibiu as iniciativas que já vinham sendo tomadas para viabilizar a meta de 115 mil assentados em 2004.

Página 4

Jonne Roriz/Agência Estado

**Entrevista.** Ana Júlia mede o peso do PT na capital paraense.

## "É como se Belém, com o governo Lula, saísse do castigo"

Os oito anos de gestão petista puderam demonstrar à população de Belém as vantagens de uma administração comprometida com o povo. A democratização da administração, o aumento da participação popular e as inúmeras políticas sociais voltadas para a população mais pobre fazem do PT novamente um forte candidato nas eleições de outubro. A candidata petista Ana Júlia Carepa, vice-prefeita de 1997 a 2000, quer aperfeiçoar o que já tem sido feito.

Nessa entrevista ao ***Democracia Socialista***, ela fala sobre Governo Federal e trata da polarização com o PSDB, que terá como candidato o ex-governador Almir Gabriel.

Página 5

Agência Senado

## Reforma Universitária

"Universidade para Todos" causa polêmica e desagrada entidades.

Página 7

# Avançando na unidade da esquerda partidária

## DS e AE. Seminário discutirá propostas para disputar os rumos do PT.

No dia 16 de maio, na sede nacional do PT em São Paulo, as Coordenações Nacionais da Articulação de Esquerda e da Democracia Socialista promovem um seminário de trabalho com dois objetivos centrais. O primeiro é levar a fundo a reflexão sobre a situação brasileira e o governo Lula. O segundo é o debate sobre o PT, sua orientação programática e os desafios colocados para a militância. A proposta de data aproveita a realização nos dias 14 e 15 da Conferência Eleitoral do PT.

Para o seminário serão levadas as contribuições ao debate no Diretório Nacional de 17 e 18 de abril, elaboradas tanto pela AE como pela DS, e o esforço para a unificação das propostas da esquerda petista. Com muitas posições próximas, as duas tendências vêm de um processo divergente nas disputas internas ao partido. Nas eleições para a atual direção nacional, em 2001, organizamos chapas diferentes. Para buscarmos mais e novas convergências para a disputa no PT é necessário construir uma compreensão comum da situação concreta e daí definir objetivos políticos.

As Coordenações Nacionais da AE e da DS têm feito esforços, com resultados positivos, de unificar posições para os debates no âmbito do Diretório Nacional. O seminário pretende que a partir de uma visão comum das grandes tarefas colocadas possamos avançar em mais convergências na nossa atuação nos movimentos sociais, nos parlamentos e nas disputas partidárias.

**Convite aos companheiros**

As duas tendências, de comum acordo, convidam todas as correntes e componentes do PT que participaram da eleição da atual direção nacional nas chapas nacionais: Um novo mundo é possível, um novo Brasil é Urgente!, Socialismo ou Barbárie e Movimento PT. Queremos que um amplo espectro da militância petista esteja presente neste momento de reflexão. Cada um dos agrupamentos convidados pode ser representado por duas pessoas, enquanto DS e AE comparecerão, cada uma, com 25 pessoas.

Gostaríamos de enfatizar o convite às tendências nacionais do PT: Tendência Marxista, Fórum Socialista, Força Socialista e Brasil Socialista. E, também, às tendências regionais: Esquerda Democrática (RS), Alternativa Socialista (MG), Construção: Democracia e Socialismo (DF), Coletivo Democrático e Socialista (SP).

**Como e por quê**

A dinâmica do seminário prevê, pela manhã, o tema "A situação brasileira e o governo Lula", incluindo o cenário internacional. AE e DS indicam duas pessoas para uma intervenção inicial de 20 minutos e segue-se o debate com a decisiva participação do plenário. Na parte da tarde, o tema "O PT, sua orientação programática e os desafios colocados para a militância", com o mesmo método. Ao final, sistematização do debate e a proposta de publicação dos conteúdos ali discutidos.

Pretendemos abrir uma perspectiva além das tarefas cotidianas, que nos obrigue a levantar os olhos e prospectar o futuro. Que atualize a crítica radical do capitalismo. Que liberte a imaginação no sentido de reorganizar uma plataforma de luta socialista e democrática. Que seja capaz de dar conta das tarefas atuais: corresponder às necessidades mais sentidas do povo. Que seja audaz para propor que um mundo novo e uma nova sociedade – democrática e socialista – são possíveis.

# A ALCA na pauta do Fórum Social das Américas

## A 2800m. Equador recebe a primeira edição continental do Fórum

A Campanha Continental contra a ALCA será um dos eixos principais do I Fórum Social das Américas que se realizará em Quito, Equador, do 25 a 30 de julho próximo. O centro dos debates será a contraposição entre a "agenda ALCA" e as alternativas populares ao "livre comércio".

Um ponto central será a articulação continental para a mobilização contra a reunião de ministros da ALCA, marcada para acontecer no Brasil no segundo semestre para finalizar os acordos. Também em Quito se tentará lançar uma campanha mundial articulando o combate ao "livre comércio" em todas as frentes: OMC, ALCA e Tratados de Livre Comércio regionais.

Wladimir Souza

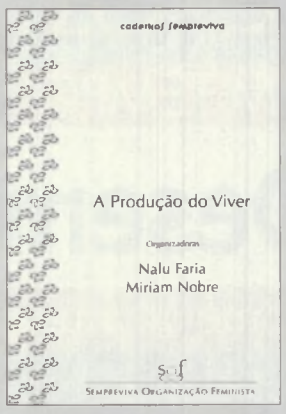
**Bravos andinos**

A escolha do Equador como sede do primeiro FSA partiu de um reconhecimento simbólico: o país é uma das nações da América em que a luta contra o neoliberalismo tem sido proeminente, com uma presença especial do movimento indígena, um dos mais organizados do continente. Desde 2001, as organizações sociais e cidadãs comprometidas com essa causa se conformaram na Assembléia Equador do FSM, a instância responsável pela organização logística do FSA 2004.

Entre as entidades organizadoras estão a Agencia Latinoamericana de Informação (ALAI), a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Ecuador (CONAIE), o Conselho Latinoamericano de Igrejas (CLAI) e a Rede de Mulheres Transformando a Economia (REMTE). O evento pretende afirmar o FSM como um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apóia.

No mesmo período ocorre a terceira edição do Fórum Mundial de Educação em Porto Alegre. Antes disso, de 25 a 27 de junho, acontece o Fórum Social da Tríplice Fronteira, em Puerto Iguazu, na Argentina. Inscrições de atividades e de delegações ao Fórum Social das Américas podem se dar na página www.forosocialamericas.org, onde também é possível obter informações sobre a programação geral.

### A produção do viver




No final de 2003, a SOF – Sempreviva Organização Feminista – lançou o caderno **A produção do viver – Ensaios de Economia Feminista**, organizado por Nalu Faria e Miriam Nobre. A publicação pretende difundir a teoria econômica feminista, interpretando o mundo da perspectiva "da reprodução e da sustentabilidade da vida". O exemplar custa R$ 8 e pode ser adquirido pela página da entidade – www.sof.org.br, ou em sua sede, à rua Ministro Costa e Silva, 36, no bairro de Pinheiros, São Paulo.

### Octavio Ianni

A Democracia Socialista expressa seu pesar pelo falecimento do intelectual Octavio Ianni, ocorrido em 4 de abril. Com uma vida dedicada a estudos e militância pela causa pública, Ianni lutou incessantemente pela justiça social. Ele se destacou pela análise dos modos de organização do imperialismo e de seus efeitos na sociedade contemporânea.

Democracia Socialista

Democracia Socialista é o jornal da Democracia Socialista, Tendência do Partido dos Trabalhadores, publicação do Instituto de Comunicação, Estudos e Formação Isaac Akcelrud
**Equipe editorial:**
Nalu Faria, Caio Galvão, Carlos Henrique Árabe, Juarez Guimarães, Lúcio Costa, Robinson Almeida e Waldemir Catanho
**Editor:**
Carlos Henrique Árabe
**Editor assistente:**
João Brant
**Projeto gráfico e diagramação:**
Caco Bisol
**Jornalista Responsável:**
João Brant - Mtb 33.748 DRT/SP
**Fechamento:** 20 de abril de 2004

### Assinaturas

Receba todo mês o seu **Democracia Socialista** em casa, e aproveite para contribuir com a tendência. Preencha a ficha abaixo e envie junto com cheque nominal para ICEF - IA. Rua Albuquerque Lins, 635 cj. 91 - Sta. Cecília – São Paulo/SP - CEP 01230-001 Fone (11) 3667-3476 Fax (11) 3666-5550

JORNAL DEMOCRACIA SOCIALISTA

MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É: ☐ APOIO: 50,00 ☐ NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO: CEP: CIDADE: UF:

FONE: E-MAIL:

# Mudanças devem seguir propostas do próprio PT

**Brasil urgente.** O que propõe a Democracia Socialista para alterar a economia.

A principal base para estruturar outra política econômica é o XII Encontro Nacional do PT, realizado em dezembro de 2001, definindo as diretrizes do programa que deveria eleger Lula presidente. Essa é a elaboração coletiva mais atual do PT, resume um longo debate do partido e sua luta contra o neoliberalismo no Brasil. A esta elaboração devemos agregar o debate que vem sendo realizado neste quase um ano e meio de governo, no PT e nos demais partidos de esquerda. Buscamos reunir algumas dessas idéias fundamentais para uma mudança de curso na política econômica.

**O problema básico da economia brasileira é a sua dependência externa.**

Este diagnóstico do XII Encontro Nacional continua atual. Uma das medidas preconizadas para enfrentar a dependência é a elevação do superávit comercial visando acumular reservas, o que já vinha ocorrendo e prossegue. Além disso, uma política comercial ativa e mais soberana vem sendo encaminhada (ainda que continue pairando a ameaça de retrocesso frente à ALCA).

No entanto, a parte politicamente mais decisiva para resgatar a soberania e reduzir a dependência não vem sendo cumprida. Explicitamente, o Encontro do PT orientava as seguintes diretrizes:

- implantar mecanismos de regulação da entrada de capital especulativo e reorientar o investimento direto externo com critérios de seletividade – estas diretrizes são rejeitadas pela atual política econômica;

- em relação à dívida externa e à soberania nacional para definir a economia, o XII Encontro dizia ser necessário "denunciar do ponto de vista político e jurídico o acordo atual com o FMI" (referindo-se ao acordo iniciado em 1998 e prolongado sucessivamente até os dias de hoje). Além disso, o Brasil deveria assumir posição internacional ativa sobre as questões da dívida externa, articulando aliados no processo de auditoria e renegociação da dívida externa pública.

Até agora nenhuma dessas posições vem sendo levada à prática. Há declarações do governo no sentido de encerrar o acordo com o FMI, mas elas foram feitas antes de prorrogar sua vigência ao final de 2003.

**Não há mudança sem conflito: é preciso impor perdas ao capital financeiro.**

É preciso reduzir substantiva e progressivamente o comprometimento das receitas com o pagamento de juros da dívida pública. A revisão das atuais políticas, que colocam os credores como prioridade número um do Estado, é uma diretriz fundamental a fim de redefinir os termos da dívida pública, com redução das taxas de juros e do superávit primário.

Essas são algumas das condições básicas para recuperar a capacidade de investimento e de gasto social, o que implica em renegociação da própria dívida pública para se obter num prazo mais curto os objetivos definidos pelo XII Encontro, tornando possível uma política de crescimento. A atual política econômica, nesta questão crucial, encaminha exatamente o oposto.

**Crescimento com distribuição de renda e democratização da propriedade.**

Cabe ao Estado atuar decisivamente na indução ao desenvolvimento, na elevação do nível de emprego e na distribuição de renda. Parte dessas diretrizes vem sendo realizada com o novo projeto para o setor elétrico, com a recuperação do BNDES para as tarefas do desenvolvimento.

Nesse mesmo sentido a efetivação das condições financeiras, institucionais e legais para o pleno cumprimento do Plano Nacional de Reforma Agrária e de um novo modelo agrícola vem sendo dinamizada pelo governo Lula. Essa é a principal reforma de caráter popular em andamento, que gera emprego e renda, envolve milhões de famílias na agricultura familiar e cooperada, e pode vertebrar uma linha estruturante do desenvolvimento.

Contudo, o investimento público, limitado pelo superávit primário acordado com o FMI, não vem sendo realizado na escala requerida para impulsionar, em conjunto com outras políticas, um novo ciclo de crescimento. Assim, a capacidade de promover emprego e distribuição de renda fica bloqueada e os instrumentos atuais não conseguem nem mesmo compensar os intensos danos da política econômica em vigor.

**Nova política de controle inflacionário.**

Esta é reconhecidamente uma questão complexa. Além disso, a elaboração partidária é insuficiente. É preciso, portanto, um esforço específico, que poderia ser realizado com as competências de muitas equipes que se orientam por abordagens keynesianas, marxistas, desenvolvimentistas, mas, sobretudo, não servis à ortodoxia liberal.

As contribuições do partido dão ênfase à necessidade de recuperar mecanismos de negociação, como câmaras setoriais, e a regulação sobre setores dominados por oligopólios. Como complemento, a recuperação do planejamento estratégico orientando o investimento público para dar suporte a uma política de crescimento. Outras contribuições do debate mais recente mostram que é fundamental substituir a taxa de juros como instrumento de controle de preços por um conjunto de outros instrumentos além dos já mencionados.

Um pré-requisito para que essas elaborações frutifiquem em política concreta é que o poder público se sobreponha ao poder do Banco Central, da secretaria do Tesouro Nacional e às autoridades monetárias. Esse, aliás, foi o sentido do debate crítico sobre a autonomia do BC.

Já era observado naquele momento que o Banco dispunha de muita autonomia, e que era necessário – e isso continua ainda mais atual – submeter a condução econômica às opções democraticamente tomadas pelo povo. A mais importante dessas deliberações, no Brasil recente, foi a de eleger Lula com um programa de mudanças. A política econômica deve obediência a esse programa – e não o contrário.

Tuca Vieira/Folha Imagem

# PT reúne Diretório Nacional e volta atrás

**Saída pela tangente.** Resolução aprovada tenta mudar de assunto.

A reunião do Diretório Nacional (DN) do PT em 17 e 18 de abril teve como principal discussão a conjuntura nacional. Foram apresentadas oito projetos de resolução. Sete deles representando tendências que compõem o Diretório Nacional e um o seminário de deputados realizado em São Paulo.

A tese do Campo Majoritário recebeu o apoio da corrente Movimento PT e da corrente de Berzoini. Obteve 42 votos. A tese da Democracia Socialista foi apoiada pela chapa "Um novo mundo é possível, um novo Brasil é Urgente" e unificou com a Articulação de Esquerda em um mesmo projeto de resolução. Este recebeu o apoio da tendência Brasil Socialista e dos que defendiam a proposta do seminário. Obteve 21 votos. A corrente "O Trabalho" manteve a sua tese com os seus 2 votos.

A proposta vencedora altera a dinâmica criada com a resolução da Comissão Executiva Nacional (CEN) de 5 de março, que explicitamente defendia "mudança na política econômica do governo". A resolução aprovada tenta mudar de assunto, propondo políticas de desenvolvimento econômico sem rediscutir os rumos da política econômica. Para ler a resolução acesse www.pt.org.br.

**Ventos do Ceará**

Outro tema importante foi a situação eleitoral do PT em Fortaleza. A companheira Luizianne Lins é a candidata do partido à prefeitura. Foi uma vitória do PT municipal, que contrariou a opinião majoritária dos membros da CEN, favorável a uma coligação com o PC do B no 1º turno.

O PT de Fortaleza apoiou Inácio Arruda, do PC do B, em 1996 e em 2000. Numa disputa acirradíssima, venceu a tese da candidatura própria. O DN decidiu continuar a discussão com o Diretório Municipal da capital cearense no sentido de buscar a unidade da esquerda nas eleições de lá, distanciando-se da posição de intervenção para obrigar o PT de Fortaleza a seguir uma tática nacional.

# As armas do latifúndio contra a reforma agrária

**Cabo-de-guerra.** Setores da direita usam "abril vermelho" para atacar governo.

O anúncio feito pelo MST de intensificar as lutas durante o mês de abril causou rebuliço nos setores conservadores. A direita brasileira, através de seus interlocutores mais fortes, se apegou especialmente a dois fatos. O primeiro, a frase de João Pedro Stedile, descontextualizada pela mídia, em que ele dizia que o movimento iria "infernizar" o governo. O segundo, o aumento no número de ocupações de terra.

Nos dois casos, não era o mérito da questão que interessava ao setor conservador, mas sim a possibilidade, de um lado, de criminalizar e desgastar o MST e, por outro lado, de atacar o processo de reforma agrária do governo. Juntamente com as críticas, vieram clamores pela aplicação de um forte instrumento de repressão dos movimentos sociais: a medida provisória promulgada por Fernando Henrique Cardoso que impede a desapropriação de propriedades invadidas e exclui do programa de reforma agrária os assentados que participarem de invasões.

Jonne Roriz/Agência Estado

**Santa Fé.** Militantes do MST trabalham em fazenda ocupada no Pontal do Paranapanema, interior de São Paulo.

### Táticas conservadoras

A meta de assentar 400 mil famílias em quatro anos, estabelecida a partir do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), demonstra a real intenção de alteração no quadro desigual da agricultura brasileira. Isso fez com que a direita alimentasse as polêmicas como forma de jogar o governo contra o MST. Como a iniciativa frustrou, a estratégia foi tratar governo e movimentos sociais como uma coisa só, e iniciaram-se os ataques ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O que está implícito nas críticas sobre o "Abril vermelho" é o combate a ações do Governo Lula que significam mudanças reais na estrutura social. Tanto assim que os personagens da oposição que levantaram a voz e se manifestaram sobre a questão são os mesmos que defendem a política econômica que vem sendo implantada pelo Banco Central e Ministério da Fazenda.

### Medidas concretas

A reação conservadora não desencorajou, no entanto, as iniciativas que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) já vinha adotando para alcançar a meta de 115 mil famílias assentadas até o fim do ano. O governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei para suplementação no valor de R$ 430 milhões para execução do PNRA. Será a primeira parcela do valor extra de R$ 1,7 bilhão anunciado para a reforma agrária em 2004.

Em nota do MDA, o Ministro Miguel Rossetto afirma que este governo enfrenta a herança do modelo de reforma agrária do governo anterior. "São assentamentos sem nenhuma infraestrutura e com baixíssima capacidade produtiva. Nossa exigência é de um novo modelo de reforma agrária, que não reproduza os fracassos econômicos, ambientais e sociais do passado. Queremos uma perspectiva de cidadania real para os nossos assentados", defendeu.

Medidas anunciadas pelo governo podem dar maior viabilidade econômica aos assentamentos e acelerar o processo de reforma agrária. O valor investido em cada família assentada, tanto em forma de crédito como a fundo perdido, será duplicado. Além disso, o novo modelo, que dá mais autonomia às superintendências regionais do Incra, diminui pela metade o tempo médio necessário para desapropriação de imóveis rurais. O prazo para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos vai de 2 meses para um ano, o que dá melhores condições para a montagem de um projeto produtivo que garanta sua viabilidade econômica.

Toda esse disputa é parte da luta por hegemonia na construção de um novo modelo de desenvolvimento. A batalha pela reforma agrária é reivindicação de todos os setores que batalham pelo Brasil justo. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) apontou como indispensáveis as mudanças no campo, como condição para alteração no cenário de desigualdade social, de altas taxas de desemprego e estagnação da economia. Outros setores organizados na Coordenação de Movimentos Sociais, como a União Nacional dos Estudantes e a Marcha Mundial de Mulheres, também apontam a urgência das alterações na estrutura fundiária.

# Contentes com sua terra, crescidos de coração

**Resultados visíveis.** Livro analisa impacto dos assentamentos no meio rural.

Que alterações sociais, políticas, econômicas e até demográficas vieram a acontecer nas áreas em que ocorreu a reforma agrária? É o que tenta responder o livro "Impactos dos Assentamentos - Um estudo sobre o meio rural brasileiro", de Sérgio Leite, Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira e Rosângela Cintrão, que se baseia em dados de pesquisa realizada em 2000 e 2001, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pelo Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os 5 autores, coordenadores da pesquisa, buscaram comparar as situações atual e anterior dos assentados, tanto em termos objetivos como subjetivos. A pesquisa comparou também as condições sócio-econômicas existentes no assentamento e aquelas verificadas no seu entorno. Para isso, foram escolhidas seis regiões do país com grande concentração de famílias assentadas: Sul da Bahia, entorno do Distrito Federal, Sertão do Ceará, Sudeste do Pará, Oeste Catarinense e Zona Canavieira Nordestina.

Pavel Éguez

### Mudanças de peso

As diferenças regionais e de capacidade organizativa dos assentados fazem com que os impactos provocados pela presença dos assentamentos sejam bastante diferenciados. A análise política se concentrou em entender o que motivou a desapropriação de terras, e como eles se tornaram ponto de partida de novas demandas e reivindicações, fortalecendo o protagonismo político da população.

Para compreender as mudanças econômicas, a pesquisa se concentrou nas fontes de rendimentos dos assentados, o que é produzido e como é comercializado. A pesquisa analisou também a infra-estrutura de cada local e constatou a precariedade e a falta de investimento público.

A análise do perfil da população estudada indica que os assentamentos vêm possibilitando o acesso à propriedade da terra para uma população historicamente excluída, que passou a ter na comercialização da produção sua maior fonte (69%) de rendimentos.

O livro confirma a tese de que a educação dos filhos é uma das grandes preocupações das famílias assentadas. Em 86% dos projetos investigados existem escolas, e cerca de 90% da população entre 7 e 14 anos freqüenta as aulas.

### Quebrando preconceitos

Em muitos lugares, os trabalhadores rurais ganharam reconhecimento social e político pelos demais setores sociais, superando uma tensão inicial. Antes visto como espaço de "forasteiros" ou "arruaceiros", os assentamentos passaram a ser vislumbrados em muitos casos como saída para a "crise" da agricultura local.

Ao comparar suas condições de vida antes do assentamento com as atuais, 91% dos entrevistados consideraram que suas vidas melhoraram e 87% acreditam que o futuro será melhor, apontando a perspectiva de estabilidade a longo prazo. A pesquisa foi financiada pelo Núcleo de Estudos Agrários de Desenvolvimento Rural e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, e está sendo lançada pela Editora da Unesp.

Entrevista Ana Júlia

# Um PT para ver-o-peso

Agência Senado

Belém, capital do estado do Pará, é governada pelo PT desde 1997. No primeiro mandato, Ana Júlia Carepa foi vice-prefeita e ajudou a transformar a cidade, com a democratização da gestão e obras voltadas para a população mais pobre. De 1997 a 2003, a participação popular cresceu por meio do Orçamento Participativo e do Congresso da Cidade, que envolveram a população na construção de políticas públicas. Candidata a prefeita nas eleições de outubro, Ana Júlia fala ao **Democracia Socialista** sobre a política de alianças para as eleições, comenta a relação com o Governo Federal e explicita a polarização com o PSDB, a que pertencem o governador Simão Jatene e o principal adversário dela em outubro, o ex-governador Almir Gabriel.

***O que é assumir esse desafio de ser candidata a prefeita de Belém, depois de dois mandatos do PT, tendo sido você vice-prefeita no primeiro mandato?***

Eu não tenho a menor dúvida de que esse vai ser o maior desafio que nós vamos enfrentar – e que eu já enfrentei na minha vida – em termos eleitorais. Inclusive pelo fato de o governador ser um dos membros do PSDB que faz uma oposição muito dura ao Presidente da República e ao Governo Federal.

É um grande desafio porque eu fui vice-prefeita no primeiro mandato, quando nós tivemos a oportunidade de iniciar as transformações de Belém. Transformações não apenas no que diz respeito a obras, mas a tratar a sociedade também de forma diferenciada, de forma que ela participe da administração.

A marca da participação popular é você tratar a cidade de forma mais democrática, onde todos possam ter acesso a obras, ter acesso a serviços que possam melhorar a qualidade de vida da população. Esse trabalho vem sendo construído há quase oito anos em Belém. Nós aceitamos enfrentar esse desafio compreendendo que essa eleição extrapola o próprio município de Belém, porque ela é uma eleição que tem interesse nacional.

***Como se posicionará o atual governador Simão Jatene?***

O Governador atual deve ter como candidato a Prefeito o ex-governador do Estado, Almir Gabriel, que foi governador por dois mandatos, já foi senador, já foi prefeito biônico, prefeito indicado do Município de Belém, e que, com certeza, vem com todo o poderio econômico. Até porque eles têm feito realmente uma discriminação imensa a Belém. Quando foi governador Almir Gabriel conseguiu, por exemplo, tirar mais de 450 milhões de reais de Belém, o que demonstra a sua falta de compromisso com o município.

> "É como se Belém, com o governo Lula, saísse do castigo."

A cota parte do ICMS de Belém, quando nós vencemos a eleição em 1996, era de 39%. E olhe que Belém é responsável por mais de 50 % da geração de ICMS do estado do Pará. Hoje, a cota parte de ICMS de Belém é de 20%, uma diminuição imensa. Além disso, o ex-Governador Almir Gabriel demonstrou a vontade, através da imprensa, de mudar a capital do estado. Queria tirar a capital de Belém e colocar em Belo Monte, onde provavelmente vai haver uma hidroelétrica.

Então, vai ser, com certeza, uma eleição dura, até porque os nossos adversários não têm como parâmetro o debate de idéias, a demonstração do que eles pretendem fazer. Eles já começaram com os ataques pessoais e as baixarias.

***Está se falando muito de aliança com o PMDB no Pará. O que vai acontecer em Belém?***

Uma das questões resolvidas é que a aliança que existe no Governo Federal não tem necessariamente que se transpor aos Estados e Municípios, porque existem características diferenciadas. Nós, do PT, em Belém, não faremos aliança com o PMDB. Com certeza nós teremos candidato a prefeito e o PMDB também terá candidato a prefeito. Nós estamos procurando aliança com diversos partidos, o PC do B, o PSB, o PPS e dialogando com outros partidos que fazem parte da base aliada, como o PL. Obviamente, diálogo com o PMDB a gente faz, até porque o PMDB não existe só em Belém, ele existe em todo o Estado do Pará.

> "Em Belém, não faremos aliança com o PMDB."

***Nas eleições passadas ao ser indagado sobre desemprego nas campanhas municipais, o partido dizia que esse era um problema do Governo Federal. Agora o governo federal é do PT. Qual será a postura esse ano?***

Primeiramente, eu acho que nós temos sim a obrigação de cobrar do Governo Federal o cumprimento daquilo que nós discutimos e dizíamos nas eleições de 2002, aquele compromisso que nós assumimos junto ao povo. Eu acho que esse contrato que a gente assume com o povo não pode ser rompido de forma alguma. O governo federal tem tido iniciativas, mas precisa agilizá-las e combiná-las, logicamente, com as iniciativas do município.

Nos governos anteriores, Belém tinha muita dificuldade de acessar recursos federais, recursos que pudessem inclusive propiciar a geração de empregos na cidade. É como se Belém, agora, com o governo Lula, saísse do castigo. E saindo do castigo com certeza vamos ter muito mais oportunidades de ter obras.

> "Essa eleição extrapola próprio município de Belém, ela tem interesse nacional."

Já temos, por exemplo, o Banco do Povo; poderemos ter até aporte de recursos que existem para linhas de crédito do Banco do Povo para que a gente possa assim incrementar a geração de empregos, que é o nosso maior desafio. E ele só vai ser enfrentado se nós tivermos uma combinação do esforço municipal, do esforço federal, se fizermos a reforma agrária, por exemplo. Não a favelização agrária que fez o Fernando Henrique, mas a reforma agrária que transforme o assentado num produtor rural, com condições inclusive de inseri-lo na economia do município. Aí sim nós vamos estar contribuindo para a geração de emprego, e é esse o caminho que a gente pretende. Queremos aperfeiçoar e melhorar aquilo que já tem sido feito nesses oito anos.

**Belém**

População: 1.280.614
Taxa de alfabetização: 95%
Atual prefeito (desde 1997): Edmilson Rodrigues (PT)

**Destaques da administração petista**

- democratização da administração pública;
- incremento da participação popular;
- municipalização das unidades de saúde;
- construção do primeiro-socorro de Guamá, bairro mais populoso da cidade, o primeiro em 50 anos;
- Programa Família Saudável, com a ação de profissionais de saúde diretamente nas residências;
- ampliação e modernização da coleta do lixo, permitindo uma maciça coleta seletiva e um amplo programa de reciclagem;
- macrodrenagem do Rio Tucunduba e ampliação do abastecimento de água;
- reforma do mercado Ver-o-Peso;
- expansão das linhas de ônibus e barateamento do transporte coletivo.

*Dados: IBGE - Censo 2000*

# Quando trabalhar menos dá mais trabalho

**Desemprego.** CUT e CMS propõem redução da jornada e política para salário mínimo.

O segundo 1º de maio sob o governo Lula acontece num cenário político bem diferente do primeiro. 16 meses após a posse, os altos índices de desemprego reforçam o caráter de luta pelo direito ao trabalho. A CUT optou por atos descentralizados nos estados, com a pauta focada na mudança no modelo de desenvolvimento. Como eixo central estão o questionamento da política econômica, a defesa da reforma agrária e duas reivindicações principais: elevação do salário mínimo para 300 reais e redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salários.

Em Santana do Livramento (RS), na fronteira com a cidade uruguaia de Rivera, a pauta é internacional. Com o mote é "Não a ALCA, integração com soberania, emprego e direitos sociais", o ato tem como foco a defesa do fortalecimento do Mercosul, e é organizado pela Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul, que reúne entidades da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

A Coordenação de Movimentos Sociais (CMS), na mesma toada, busca fortalecer a Campanha pelo Direito ao Trabalho. A Marcha Mundial de Mulheres, que integra a CMS, enxerga a valorização do salário mínimo como forma de combater a pobreza entre as mulheres e enfrentar a desigualdade de renda que tem marcas de gênero e cor-etnia. Um exemplo claro dessa diferença é que entre as mulheres que têm rendimento regular, 45% recebem até 1 salário mínimo por mês. Já entre os homens na mesma situação, esse índice é de 29%.

Joel Silva/Folha Imagem

**Via crucis.** Cerca de 15 mil pessoas em fila para concorrer a 343 vagas em hipermercado, em Ribeirão Preto (SP)

### Melhor remuneração

Para as ativistas da marcha, mais do que pensar o aumento anual no mês de maio, é necessário um plano articulado que leve em conta o fato de o salário mínimo ser uma importante política de combate à elevada dispersão salarial e de promoção de homogeneidade social. Anselmo dos Santos, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia de Trabalho (Cesit) da Unicamp, diz que uma política assim "seria uma proteção para as categorias menos organizadas, com frágil organização sindical, pisos salariais e remunerações reduzidas".

O questionamento sobre a viabilidade econômica da proposta sempre vem à tona junto com o debate. Alguns estudos do Cesit, contudo, mostram a absorção desse aumento não seria um real problema na maior parte dos setores, incluindo a iniciativa privada e o funcionalismo federal e estadual. Mesmo nos setores mais sensíveis, o impacto poderia ser compensado pelo crescimento econômico e pelo aumento da formalização (apenas 40% dos ocupados estão no setor formal), que aumentariam a arrecadação.

### Menos horas

A CUT apresenta também uma Campanha pela redução da jornada de trabalho, que teve lançamento nacional em 15 de março, e agora passa por lançamentos estaduais. A campanha defende a redução sem diminuição de salários, e tem como eixo a geração de empregos, já que essa alteração poderia modificar significativamente o atual quadro. Está circulando um abaixo-assinado de apoio à PEC 393/01 de Paulo Paim (PT-RS) e Inácio Arruda (PC do B-CE). Segundo Paulo Farias, secretário sindical da CUT-RS, o objetivo é coletar 1 milhão de assinaturas. Ele reforça, no entanto, a necessidade de alterações profundas na economia do país. "Sem mudanças na política econômica, nem o salário mínimo nem a redução de jornada podem alterar o quadro", afirma Farias.

A conquista da redução da jornada também não pode dar margem à precarização ou a mecanismos de esvaziamento pelos empresários. Para ter efeito positivo sobre a geração de novos postos de trabalho, a redução tem que ser significativa e vir acompanhada da proibição de horas extras, maior controle sobre a intensidade do trabalho, manutenção dos padrões de cumprimento da jornada de trabalho e cobertura universal dos novos e velhos riscos sociais.

# Dois pontos centrais na luta por emprego e salário

**Esforços concentrados.** A busca de uma agenda para a unidade da classe.

Tarcísio Zimmermann

A sabedoria popular ensina que, nas situações de crise, não devemos gastar nossas energias em questões secundárias. Essa frase parece particularmente apropriada frente ao agravamento do desemprego e da perda de valor dos salários que os trabalhadores do país enfrentam. Nesse quadro, o governo tem obrigação inegável de trabalhar para a ampliação do direito ao trabalho digno e melhoria da renda, questões estratégicas na mobilização para a eleição de Lula.

O legislativo também tem papel central. Em 2003, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não aprovaram, apesar da pressão da base parlamentar patronal, projetos que ampliavam a terceirização, o contrato temporário ou subordinavam os direitos às negociações coletivas reduzindo o poder da lei. Esta foi, sem dúvida, uma vitória da bancada do PT, do governo Lula e do movimento social combativo liderado pela CUT.

### Passos pra trás

No entanto, se não regredimos nos direitos, pioramos nas oportunidades de emprego e de renda. Conforme a pesquisa do DIEESE, o desemprego na região metropolitana de São Paulo voltou aos 20,6% da população economicamente ativa (como, de resto, cresceu em todas as regiões pesquisadas) e a renda média dos trabalhadores brasileiros caiu 12,9% somente em 2003.

Este é um resultado concreto da política econômica, centrada na "estabilidade e na confiabilidade junto ao capital financeiro". Assim, deprimiu-se o crescimento da economia através dos pesados cortes orçamentários, das taxas de juros elevadas e da brutal transferência de recursos públicos ao sistema financeiro.

Neste contexto, a questão se traduz na luta pela redução da jornada de trabalho e da elevação sustentada do valor real do salário mínimo, suplantando, inclusive, o debate sobre as reformas sindical e trabalhista que consumiu importantes energias em 2003. Estas pautas dialogam com a necessária unidade da classe e com a necessidade política de que o governo Lula resgate seus compromissos diretos com os trabalhadores.

### Dois pontos na agenda

A redução da jornada para 40 horas semanais ganha visibilidade através da campanha das centrais sindicais e da criação de uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados para analisar o tema. No entanto, este não será um debate fácil, em virtude da resistência da maioria conservadora do parlamento e da timidez com que o Executivo se posiciona, até agora, frente ao tema. Por isso, será fundamental uma grande mobilização social resgatando, para o conjunto da população, o significado do direito ao trabalho digno e a necessidade da incorporação à jornada de trabalho dos enormes ganhos de produtividade, resultantes das mudanças tecnológicas do último período.

O segundo ponto central é a recuperação do valor do salário mínimo. É um símbolo político e, também, uma referência da renda de quase 1/3 dos trabalhadores do país, com impactos positivos imediatos na qualidade de vida e na retomada da produção para o mercado interno. Não é por outro motivo que, na campanha, o Presidente Lula comprometeu-se com a duplicação do seu valor.

Por isso esse debate não pode ficar subordinado às metas do superávit primário ou da elevação dos gastos com a Previdência. O salário mínimo é um fator de distribuição de renda e de justiça social. Um reajuste real digno – tomamos como referência a proposta da CUT 300 reais – poderá conferir a este 2º primeiro de maio do governo Lula um significado que todos aqueles que lutaram pela vitória eleitoral ainda esperam: a confirmação de que, apesar das dificuldades, somos um governo de mudanças que vai resgatar nosso compromisso com um país melhor para seu povo.

Tarcísio Zimmermann é deputado federal (PT-RS) e presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

# Reforma precisa combater mercantilização

Universidade para quem? Proposta do MEC reforça supremacia do ensino privado.

Vinicius Wu

O Governo Federal anuncia para 2005 a realização de uma reforma universitária. Pelo caráter estratégico da produção de conhecimento e do desenvolvimento tecnológico na conformação de um projeto de nação, este debate assume grande relevância no processo de disputa de rumos do governo Lula. O conteúdo desta reforma tende a ser um indicador do modelo de desenvolvimento que se pretende praticar no país.

Durante o século XX, a Universidade refletiu de forma dramática a alternância de hegemonias na sociedade brasileira. Sempre que um projeto político de inspiração desenvolvimentista e afirmação dos interesses nacionais adquiriu fôlego, buscou-se estabelecer nas universidades um modelo de ensino compatível com essas aspirações. Da mesma forma, sempre que opiniões conservadoras, liberais ou autoritárias prevaleceram, a Universidade sofreu forte pressão para abrir mão de seu compromisso republicano.

**Um mau começo**

O Ministro da Educação, Tarso Genro, optou por iniciar esse processo com uma iniciativa de forte apelo midiático. Logo após sua posse, apresentou o programa "Universidade para Todos". A repercussão na imprensa e o amplo debate suscitado evidenciam o óbvio: a democratização do acesso à universidade deverá ser o tema que despertará maior atenção da opinião pública no debate sobre a reforma universitária.

O que está sendo proposto, no entanto, não é "estatização", como tem sido dito, mas sim compra de vagas. A proposta propõe a isenção de todos os impostos e contribuições federais às universidades privadas que aderirem ao programa. Em contrapartida, as instituições deverão oferecer 10% de suas vagas ao MEC. As universidades federais se responsabilizariam pela distribuição das vagas.

É grande a expectativa da sociedade brasileira, em especial da população mais pobre, em ver ampliadas as possibilidades de ingresso no ensino superior. O debate crítico acerca do projeto "Universidade para Todos" deve ser feito em diálogo com esta enorme expectativa.

**Por que o projeto é ruim**

Primeiramente, o MEC traz uma proposta de democratização do acesso que tem como centro a oferta de vagas no ensino privado, e não na rede pública. Também é absolutamente questionável a proposta de conceder às instituições filantrópicas a possibilidade de se transformarem em empresas, permitindo-lhes acumular lucro e dividi-lo entre seus sócios. Para avaliar a proposta do MEC, é preciso também que se considere o atual quadro de crise do ensino superior privado no Brasil.

A expansão desenfreada do ensino privado desde 1994 deu origem a um modelo de baixa qualidade e extremamente caro. Como resultado, 37,5% das vagas no ensino privado estão ociosas, apesar da alta demanda. No inicio do governo FHC, 69% das vagas da graduação estavam concentradas no ensino privado. Hoje já são 83,3% nessas instituições contra apenas 16,7% nas públicas (ver tabela). O alto índice de inadimplência e o numero elevado de vagas ociosas são sintomas da crise deste modelo, em que a educação superior foi transformada em artigo de luxo.

O "Universidade para Todos", ao sugerir isenção fiscal em troca de vagas que já estão ociosas, funcionará, na prática, como uma política de socorro às instituições particulares, reforçando a supremacia do privado sobre o público. Além disto, como a expansão do ensino privado se deu sem preocupação com a qualidade, há a possibilidade dessas vagas "estatizadas" serem oferecidas em cursos de péssima qualidade.

**Reorientar o debate**

A reforma que almejamos deve ter como princípio norteador a recuperação e a valorização da educação superior pública, gratuita e sua reafirmação enquanto elemento estratégico fundante de um novo modelo de desenvolvimento. No Brasil, são as universidades públicas as principais responsáveis pela produção cientifica; seu enfraquecimento compromete a possibilidade de realizarmos um projeto de nação soberano.

A universidade brasileira clama por uma reforma que a reafirme como instituição social livre da pressão dos valores de mercado, promovendo a recuperação de sua infra-estrutura e valorização do trabalho docente e técnico-administrativo. A reforma deve afirmar a educação como direito de todos, garantindo a ampliação de vagas públicas e assegurando a permanência dos que ingressam na universidade com políticas de assistência estudantil.

No entanto, uma reforma assim não será possível sem o aumento expressivo do investimento estatal na educação pública. Somente a inversão de prioridades no orçamento e a mudança da atual política econômica poderão garantir os interesses da maioria do povo brasileiro. Não é possível seguirmos com uma política de ajuste fiscal que condena a educação pública à inanição para atender às exigências dos organismos financeiros internacionais.

O compromisso de um governo com seu povo se mede pela valorização e ampliação dos direitos sociais e dos investimentos públicos. Até aqui, o governo Lula está aquém, e muito, das expectativas que suscitou. Se nessa reforma da Universidade prevalecerem, outra vez, os valores do mercado e a subordinação à ditadura dos ajustes fiscais, estaremos dando um passo, irremediável talvez, na vitória do medo sobre a esperança.

Vinicius Wu é diretor de relações internacionais da União Nacional dos Estudantes

Felipe Varanda/Folha Imagem

**Em outro 31 de março.** Estudantes em manifestação em São Paulo durante a jornada de lutas da UNE.

Insatisfação geral. ANDIFES e ANDES criticam, UNE faz ressalvas.

## Universidade para Todos não agrada entidades

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior expressou recentemente sua contrariedade ao programa "Universidade para Todos". Para a ANDIFES, o caminho para o "atendimento da legítima demanda da sociedade pela ampliação qualificada das oportunidades de acesso à educação superior" está na expansão e modernização do sistema público federal de educação superior.

O ANDES, sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior, acusa o governo de "usar a histórica opressão de negros, índios, e outros setores, fruto de cinco séculos de espoliação colonial e imperialista, para criar uma nova fonte de subsídios ao semifalido sistema universitário privado".

A executiva da União Nacional dos Estudantes se posicionou contra qualquer isenção fiscal para instituições fiscais com fins lucrativos. Para a entidade, a ocupação de vagas ociosas nas particulares "deve ser entendida como um complemento a uma política global de democratização do acesso a educação superior, que deve ter como prioridade a ampliação de vagas nas universidades públicas".

**Número de vagas para Graduação oferecidas nas instituições de ensino superior brasileiras**

| Ano | Total | Pública | % | Privada | % |
|---|---|---|---|---|---|
| 1994 | 574.135 | 177.453 | 30,9 | 396.682 | 69,1 |
| 1998 | 803.919 | 214.241 | 26,6 | 598.678 | 73,4 |
| 2002 | 1.773.087 | 295.354 | 16,7 | 1.477.733 | 83,3 |

Fonte: MEC/INEP/DAES

Em 8 anos, foram criadas 117.901 novas vagas em instituições públicas, um crescimento de 66%. Já nas instituições privadas, o aumento foi de 1.081.051, ou 272%, no mesmo período.

# Os impasses nas definições da ALCA

**Sob pressão.** Saídas desenhadas até o momento são limitadas e contraditórias.

Rafael Freire

As negociações da ALCA entraram num impasse. Alguns negociadores começam a falar que não se chegará a acordo nenhum até a data prevista de janeiro de 2005. Mas dentro do governo brasileiro a estratégia que conduziu a esse cenário sofre fortes tensionamentos e ambigüidades, o que reforça que somente a continuidade da mobilização popular contra esse tratado impedirá que ele se concretize.

Em fevereiro de 2003, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, anunciou que as negociações não poderiam resultar em "perda de soberania do país para fazer política de desenvolvimento", um questionamento a boa parte da pauta ALCA. O Ministro afirmou, como contraposição, o Mercosul como prioridade.

Monalisa Lins/AE

**Acordo das bruxas.** Passeata contra a ALCA em São Paulo, em 31 de outubro de 2002.

### A busca por saídas

Em maio, o governo definiu a estratégia "em três trilhos" (na OMC, na ALCA e nas relações bilaterais a partir do Mercosul) que depois se desdobrou na proposta de uma ALCA em "dois níveis". Um, o "piso", a chamada "ALCA light", que envolveria todos os 34 países, mas em patamares mínimos de acordo. O outro, o dos acordos plurinacionais, que seria optativo entre aqueles países que assim o quiserem sobre os temas que definam (acima do "piso" definido no anterior).

Em fevereiro de 2004, em Puebla, México, esse desenho foi ao impasse quando os dois pólos, EUA (G14) e Brasil (Mercosul, Venezuela) foram definir o que seria o "piso". Os EUA buscavam preservar o seu agronegócio subsidiado e protegido, abrir portas para os interesses norte-americanos em investimentos, propriedade intelectual, serviços e compras governamentais. O Mercosul insistia em avançar no acesso ao mercado agrícola do norte para os produtos dos países latino-americanos. O G14 acenou que qualquer avanço nesse terreno só seria tratado se *em troca* o Mercosul fizesse o mesmo nas áreas de interesse dos EUA. Depois de duas rodadas de negociações informais entre os dois blocos realizadas em Buenos Aires em março e abril, o impasse continua.

### Duas possibilidades

Dentro do governo brasileiro, porém, há sabidamente dois "pólos" contraditórios. Um liderado pelo Itamaraty e outro pelos ministérios da Agricultura e da Fazenda. Sob o governo FHC, o Itamaraty foi complacente em relação ao conteúdo e à forma da ALCA. Desde 2003 essa fase foi encerrada. Mas a nova estratégia oscila entre duas hipóteses.

A primeira parece apontar para a "dilação", para retardar e *esfriar* esse projeto na região. A segunda seria levar as negociações para um resultado de uma ALCA "inócua, esvaziada de conteúdos". Enquanto isso, o ministério iria tentando estreitar laços econômico-comerciais "no Sul" do continente (América do Sul) e do mundo (África do Sul, Índia, China), fazendo pender a política externa para esse outro terreno.

### Ameaças e armadilhas

Puebla mostrou os limites e contradições dessa segunda hipótese. A "ALCA em dois níveis" tira liderança do Brasil frente aos demais países da América Latina. Afora o Mercosul e a Venezuela, todos os outros países tendem a se comportar como satélites em torno à dinâmica do "segundo nível" com os EUA. E a definição do que seria o "mínimo" estimula aos diversos setores sociais no Brasil e no continente a entrar no debate tentando se salvar individualmente, sem considerar o que está em jogo de conjunto.

Tudo isso remete a uma questão mais global em relação à estratégia do Itamaraty. Ainda que seja um dos setores mais progressistas dentro do governo Lula, o Ministério parece se orientar apenas a diminuir os impactos negativos dessa agenda, sem propor uma pauta diferente da que já circula em escala global.

Já o governo dos EUA mantém uma postura agressiva de obter concessões econômicas de *todos* os países da região, o Brasil incluído. Para tanto, conta com a "Quinta Coluna" dentro do governo Lula e explora politicamente a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Esta batalha não está encerrada no âmbito regional nem dentro do governo brasileiro.

Rafael Freire é membro da Executiva Nacional da CUT e coordenador da Secretaria da Aliança Social Continental

# Estado Espanhol: após a reviravolta eleitoral

**Reação ibérica.** PSOE ganha as eleições, mas Esquerda Unida perde espaço.

Diosdado Toledano

O massacre de 11 de março em Madrid iniciou a seqüência de acontecimentos que três dias mais tarde deu lugar a uma reviravolta eleitoral inesperada: uma maioria cidadã castiga eleitoralmente ao PP de José Maria Aznar, partido da "direitona" centralista espanholista, colocando-o para fora do governo do Estado espanhol.

A última etapa do governo do PP esteve recheada de grandes mobilizações de massas contras suas política reacionárias em praticamente todos os âmbitos: a exitosa Greve Geral contra o chamado "Decretazo", as grandes mobilizações impulsionadas pelo movimento antiglobalização contra a Europa do Capital e a Guerra, os milhões de manifestantes contra a guerra no Iraque.

Contudo, este amplo malestar e mobilização social não se traduzia politicamente. Nesse sentido, a grosseira manipulação de informações do governo do PP sobre os autores do atentado – com a intenção de desviar a responsabilidade para o ETA, quando os dados e provas apontavam para o Al Qaeda – terminou por se voltar contra ele.

### A magnitude da reviravolta

O aumento de participação em 9% em relação às eleições de 2000, fundamentalmente dos abstencionistas de esquerda e da juventude, se concentrou nas listas do PSOE, que obteve 10.788.000 votos (cerca de 3 milhões mais do que em 2000), enquanto a "direitona" centralista retrocedeu 7% e perdeu 35 cadeiras. No País Basco, perdeu 28%, e na Catalunha, 19%. Também é signicativo que a Esquerda Republicana da Catalunha (ERC), partido nacionalista radical, tenha passado de 1 para 8 cadeiras, e que o partido da direita nacionalista catalã, aliado pontual do PP, tenha diminuído em 1/3 seus assentos no parlamento.

> "Diferentemente do governo socialista anterior, dessa vez a atitude dos eleitores é mais crítica, sem cheques em branco."

A Esquerda Unida, porém, retrocedeu percentualmente de 5,96% para 4,96%, e passou de 8 a 3 cadeiras, compensados parcialmente pelas duas cadeiras obtidas pela coalizão da Iniciativa pela Catalunha-Verdes, membro do Partido Verde Europeu, com a Esquerda Unida e Alternativa, organização irmã da Esquerda Unida na Catalunha. A virada à direita dessa organização nos últimos anos, e a aposta por governar com o Partido Socialista a qualquer preço, facilitou os efeitos do chamado ao voto útil que, como em outras ocasiões, o PSOE praticou abertamente.

### Governo monocromático

A composição anunciada do novo governo indica seu caráter e suas limitações. A presença do comissário europeu Solbes no superministério da Economia e Fazenda expressa o compromisso do novo governo com a política neoliberal, redução do déficit e privatizações. De imediato, o governo do PSOE vai ser julgado por seus eleitores e a maioria cidadã de esquerda em relação ao cumprimento da promessa de retirar as tropas do Iraque. Diferentemente do governo socialista anterior, de Felipe González, dessa vez a atitude dos eleitores é mais crítica, sem cheques em branco, tal como ilustram os gritos de "no nos falle" (não falte conosco, ou não falhe o seu compromisso) dirigida por milhares de pessoas ao futuro chefe de governo, Sr. Zapatero.

Os efeitos previsíveis das políticas do novo governo socialista fazem prever duros conflitos sociais e políticos, num contexto social crítico e mais disposto à mobilização. Nesse sentido, novas possibilidades e espaços políticos se abrem do lado da esquerda anticapitalista. Tudo depende, entretanto, do modo como evoluirá a crise interna na Esquerda Unida depois do fracasso eleitoral.